

NA ERRÂNCIA DO “MENINO DE RUA”, UM ATO INVENTIVO DO SUJEITO

In the Wanderings of “Street Kids”, an Inventive Act of the Subject

En la Errancia del “Niño de la Calle”, un Acto Inventivo del Sujeto

Dans l’Errance du « Gamin de Rue », un Act Inventif du Sujet

DOI: 10.5020/23590777.rs.v17i3.5570

Paula Cristina Monteiro de Barros (Lattes)

Psicóloga. Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e pela *École Doctorale Études Psychanalytiques de l’Université Paris Diderot*. E, Professora do curso de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco.

Christian Hoffmann (Lattes)

Psicanalista. Professor da *Université Paris Diderot*, diretor da *École Doctorale Recherches en Psychanalyse*.

Resumo

O adolescente em situação de rua escancara, por meio de seu movimento errante, a degradação subjetiva e a mutilação social de sujeitos marcados, muitas vezes, desde o nascimento, pela ausência da possibilidade de reconhecimento social, relegados que estão à posição de dejetos a ser execrados. Ejetados da cena familiar e em resposta à exclusão social, os “meninos de rua” – expostos à radicalidade da violência, do banimento, da precariedade social, dos traumatismos, da ruptura de laços, da indiferença, do anonimato – vagueiam pelos espaços públicos, numa trajetória que ora ratifica a marca “menino de rua” e seus efeitos de aniquilamento do sujeito, ora a essa marca se opõe, delineando um movimento de vida e de resistência. Este trabalho resulta de inquietações advindas de uma experiência clínico-institucional e, partindo de proposições psicanalíticas acerca da condição errante do desejo e da errância estruturante do adolescente, pretende discutir o que se faz singular na errância do adolescente em situação de rua, tanto em termos de um vagar sem rumo certo do “menino de rua”, como de um ato inventivo, uma tomada de posição do sujeito adolescente. Nessa discussão, situaremos a instituição como um possível ponto de ancoragem para o sujeito; referente simbólico que, ao legitimar o recurso à palavra, subverte a lógica da exclusão social que emudece o sujeito, permitindo uma ultrapassagem da “marca da exclusão” para a rasura de um traço que enoda e faz laço social.

Palavras-chave: adolescente em situação de rua; errância; exclusão social; instituição.

Abstract

By wandering around, teenagers living on the streets open wide the subjective degradation and social mutilation of subjects marked, oftentimes from birth, due to the absence of the possibility for them to be socially recognized; they are relegated to a dejection position to be excoriated. Ejected from the family scene and in response to social exclusion, “street kids” - exposed to radical violence, banishment, social precariousness, injuries, bond breaks, indifference, anonymity - wander around public spaces, in a trajectory sometimes confirming the brand “street kids” and its annihilation effects of the subject, and sometimes opposing that mark, outlining a movement of life and resistance. This work is the result of concerns arising from a clinical and institutional experience and, from psychoanalytical propositions about the errant condition of desire and the structuring wanderings by adolescents, will discuss what is singular in adolescents’ roaming around the streets, both in terms of an aimless wandering by the “street boy” and in terms of an inventive act, an assuming position by the teenage subject. In this discussion, we will place the institution as a possible anchor point for the subject; symbolic referent that, by legitimizing the use of the word, subverts the logic of social exclusion that mutes the subject, allowing overtaking the “mark of exclusion” to the erasure of a trait that knots and makes social bond.

Keywords: *adolescent living on streets; wandering; social exclusion; institution.*

Resumen

El adolescente en la calle expone, a través de su movimiento errante, la degradación subjetiva y la mutilación social de sujetos marcados, a menudo desde el nacimiento, por la ausencia de la posibilidad de reconocimiento social, estando relegados a la condición de deshechos a ser eliminados. Expulsado de la escena familiar y en respuesta a la exclusión social, los “niños de la calle” - expuestos a la radicalidad de la violencia, del destierro, de la precariedad social, de los traumatismos, de la ruptura de lazos, de la indiferencia, del anonimato - deambulan por los espacios públicos, en una trayectoria que ora confirma el estigma “niño de la calle” y sus efectos de aniquilación del sujeto, ora se opone a ese estigma, esbozando un movimiento de vida y de resistencia. Este trabajo es el resultado de inquietudes derivadas de una experiencia clínico-institucional y, a partir de proposiciones psicoanalíticas sobre la condición errante del deseo y la errancia estructurante del adolescente, pretende discutir lo que es singular en el deambular de los adolescentes que viven en las calles, tanto en términos de un vagar sin rumbo del “niño de la calle” como de un acto inventivo, una toma de la posición del sujeto adolescente. En esta discusión, vamos a colocar a la institución como un posible punto de anclaje para el sujeto; referente simbólico que, al legitimar el recurso a la palabra, subvierte la lógica de la exclusión social que silencia al sujeto, lo que permite pasar de la “marca de la exclusión” para la borradura de un rasgo que anuda y hace un lazo social.

Palabras clave: *adolescente en la calle; errancia; la exclusión social; institución.*

Résumé

L'adolescent en situation de rue révèle, au travers son mouvement errant, la dégradation subjective et la mutilation sociale de sujets généralement marqués depuis la naissance par l'absence de reconnaissance sociale, jetés comme objet déchet à éliminer. Éjectés de la scène familiale et en réponse à l'exclusion sociale, les « gamins de rue » – exposés à la radicalité de la violence, du banissement, de la précarité sociale, des traumatismes, de la rupture des liens, de l'indifférence, de l'anonymat – errent dans les espaces publics, dans une trajectoire qui tantôt ratifie la marque « gamin de rue » et ses effets de l'anéantissement du sujet, tantôt s'oppose à cette marque, constituant un mouvement de vie et résistance. Ce travail résulte des interrogations suscitées par une pratique clinique institutionnelle et, partant des propositions psychanalytiques au sujet de la condition errante du désir ainsi que de l'errance structurante de l'adolescent, vise à discuter ce qui s'est fait singulier dans l'errance de l'adolescent en situation de rue, tant en termes d'un déplacement sans une direction précise du « gamin de rue » que d'un acte inventif, une prise de position du sujet adolescent. Dans cette discussion, nous souligneront l'institution comme un point possible d'ancrage pour le sujet ; référent symbolique qui, légitimant le recours à la parole, subvertit la logique de l'exclusion sociale qui fait taire le sujet, permettant un dépassement pour la rature d'un trait, qui noue et fait lien social.

Mots-clés: *adolescent en situation de rue; errance; exclusion sociale; institution.*

“Acordando numa manhã após sonhos agitados, Gregor Samsa encontrava-se, em sua cama, metamorfoseado em um monstruoso inseto” (Kafka, 2010). A célebre obra de Franz Kafka, *A Metamorfose*, toca em pontos fundamentais acerca da adolescência e da exclusão. O texto, inquietante e provocativo, narra os efeitos da metamorfose de um jovem em inseto, sua transformação em um objeto repugnante, marcado pelo caráter da diferença, que atinge a vítima condenada à exclusão, encerrando-o no lugar de detrito a ser execrado.

Assim como o jovem Gregor, o “menino de rua” ocupa o lugar de um objeto a ser expulso, excluído, sacrificado; lugar do “inseto” desprezível, que incomoda e “suja” as ruas da cidade, condenado a seu banimento. Ambos, Gregor e o “menino de rua”, seguem anônimos, banidos, negligenciados, a lidarem, sozinhos, com a estranheza da metamorfose de um corpo que é continuamente invadido, com o abandono social e familiar, com a expulsão em seu estado mais bruto.

Uma distinção, no entanto, se impõe: Gregor, metamorfoseado em inseto, é recluso, parece resignado num quarto, no mais íntimo da vida familiar, escondido do cenário social; já o “menino de rua” escancara essa estranheza nos espaços públicos; parte em errância, seja confirmando o lugar de dejetos que lhe foi atribuído, seja gritando sua existência, confrontando o Outro com a crueza de uma exclusão da qual ele também faz parte. Ao lançar-se à rua, ele escancara os “furos por onde extravasam as contradições sociais”, propõe Takeuti (2002).

Consideramos ser em resposta a um laço social marcado pela segregação, à destituição de um lugar simbólico na família e na cena social, que os “meninos de rua”, numa trajetória que denuncia o lugar de “assujeito” na sociedade, erram

pelas ruas, em busca, a nosso ver, de uma inscrição significativa que dê sustentação ao sujeito, de um lugar possível de endereçamento e pertencimento, de continência para o caos pulsional em que se encontram.

Este trabalho é um recorte de uma tese de doutorado, realizada na Universidade Católica de Pernambuco, em cotutela com a *Université Paris Diderot*, a partir de uma experiência clínico-institucional com crianças e adolescentes em situação de rua. Intitulada “*Eu vinha rodando pela rua*”: *Que ponto de ancoragem para o sujeito adolescente em situação de rua?* (Barros, 2015), a pesquisa teve por objetivo analisar o que pode indicar uma ancoragem e enodamento na errância do sujeito adolescente em situação de rua, a partir dos traços que o singularizam e o destacam do universo “meninos de rua”. Sustentamos a hipótese de que, apesar de os “meninos de rua” serem convocados a sucumbirem num lugar mortífero, por meio de uma errância que revela uma extrema degradação subjetiva, é possível destacar um movimento de resistência que ancora a vida, uma tomada de posição do sujeito.

Neste artigo, daremos realce ao movimento errante enquanto elemento central na vida do “menino de rua”. Apoiar-nos-emos, sobretudo, nas contribuições do psicanalista Olivier Douville, que aborda a errância no sentido de uma falta de inscrição que concerne ao ser e à filiação. A fim de melhor pensar sobre uma política de escuta, o autor aborda a errância não como um simples fracasso do laço – o que consistiria numa abordagem deficitária do sujeito – mas como “aposta” fundadora de um laço possível, a partir de suas funções psíquicas e dos sofrimentos psíquicos aos quais ela responde (Douville, 2008).

Considerando que é nesse movimento errante que algo do sujeito pode tomar relevo como ato inventivo do sujeito, destacamos, como aspecto fundamental nas propostas de intervenção clínico-institucional, a necessária apreensão da maneira pela qual cada adolescente desenha sua trajetória nas ruas. Dentre os adolescentes acompanhados na instituição, enfatizamos os desafios impostos por Vitor¹, cuja história, ao mesmo tempo em que dialogava com a realidade de outros adolescentes em situação de rua, dessa realidade se destacava, naquilo que o constituía para além da marca “menino de rua”.

Na busca por um método de pesquisa que nos permitisse destacar o singular do sujeito, deparamo-nos com a proposição psicanalítica do Traço do Caso – introduzida por Lacan e desenvolvida por Claude Dumézil, bem como por Marcel Czermak. Trata-se do destacamento de um traço, a partir daquilo que insiste, como tropeço na intervenção, permitindo indagar o saber clínico já instituído, impulsionando à construção de novas formas de fazer a clínica.

Discutiremos, inicialmente, o conceito de errância, partindo de proposições psicanalíticas acerca da condição errante do desejo e da errância estruturante do adolescente, a fim de apreender o que se faz singular no deslocamento do adolescente em situação de rua. Em seguida, apresentaremos o método de pesquisa para, num terceiro momento, discorrermos sobre alguns aspectos da história de Vitor, com vistas a destacar traços que o singularizam.

Errância: Contribuições Psicanalíticas

A “errância” é um termo plurívoco, com algumas possibilidades de leitura: do verbo “errar”, remete a “ir ao acaso”, “perder-se”, “vagabundar”. Na articulação com o termo “erro”, significa enganar-se, perambular, “ação de errar, aqui e acolá”. De acordo com o dicionário Le Robert (1998), o “errante” é aquele que “erra”, “que vai de um lado para o outro, que não é fixado, vagabundo, perdido”; “flutuante, incerto” (p. 490).

Ao discorrer sobre a problemática do desejo, Lacan (1957-58/1999) sublinha a “errância do desejo”, o qual desliza de palavra em palavra, compondo uma “errância da dor da falta”, destaca Quinet (2013). A “condição itinerante do desejo” é também discutida por Rosa, Berta, Carignato e Alencar (2009), ao considerarem que “a dimensão trágica do migrante encena algo comum a todos, pois todos somos sujeitos exilados, desenraizados de nós mesmos, constituídos pelo desconhecimento enigmático da dimensão inconsciente” (p. 498).

Podemos, ainda, depreender as vicissitudes da errância e do nomadismo do desejo no movimento do povo judeu, cuja marca consiste na precedência da errância sobre a sedentarização. Fuks (2000) ressalta, no processo analítico, um exílio necessário do sujeito como condição do advento da palavra, no encontro com o que lhe há de mais estranho e desconhecido, ou seja, o impessoal da força pulsional sempre errante.

Não seria descabido dizer que a experiência analítica oferece um espaço aberto ao sujeito para que ele viva a aventura de exilar-se de si, de inventar-se outro, de voltar-se ao não idêntico. Aventura que se passa no estranho “país do Outro”, ou seja, alhures além do semelhante, do idêntico e do espelho e que faz com que o analisando experimente desterritorializações sucessivas de uma posição subjetiva a outra (p. 85).

Apesar de o exílio judeu configurar um movimento de busca de si mesmo, Fuks (2000) destaca a alusão feita por Freud

1 Com vistas à preservação da identidade dos adolescentes, os nomes citados neste artigo são fictícios.

à figura de Ahashverus – lenda do Judeu Errante –, “metáfora do excluído que, por imposição do outro, está destinado a vagar sem pouso” (p. 159), remetendo à exclusão e a uma errância sem ponto de búscula, que sobrepõe aquela do desejo, aproximando-nos do movimento errante do adolescente em situação de rua.

Segers (2009) faz uma distinção relevante entre o “exílio íntimo” – concernente à linguagem, que nos torna estrangeiros a nós mesmos – e o “exilado do íntimo” – em que o sujeito, exposto a rupturas com sua cultura de origem, encontra-se sem o Outro que possa compreender os significantes fundamentais de sua origem –, delineando a errância como um exílio mais radical, a destruição do exílio íntimo.

A errância mais radical contrapõe-se ao que Douville aponta como a “errância estruturante da adolescência”, abordada por Rassial (1997) como a “passagem adolescente”, momento fecundo de operação inventiva, concernente a um trabalho psíquico que demanda do adolescente uma reconstrução de sua história.

Errância Estruturante do Adolescente

Partindo da construção de Montaigne “eu não pinto o ser, eu pinto a passagem”, Rassial (1997) propõe a adolescência como momento lógico, passagem que implica a entrada na vida, não no sentido de uma finalização ou realização, mas de uma “operação necessária, complexa e decisiva” (p. 10). Segundo Poli (2005), trata-se de um “tempo de *passagem* da família ao laço social”. Nessa passagem, o lugar do Outro apresenta-se inscrito na dupla dimensão do Outro familiar e do Outro social, numa transposição por meio da qual se realiza “. . . a reinscrição do sujeito em um lugar Outro que aquele de sua origem . . .” (p. 10).

Se, durante a infância, assegura-se à criança uma consistência imaginária do Outro, para o adolescente, impõe-se uma destituição dessa consistência, que “. . . arruína a sustentação da autoridade dos pais, de sua qualidade de garantes, de referentes do grande Outro” (Rassial, 1997, p. 123). Constatando não mais ocupar o lugar que lhe fora atribuído pelos pais – os quais, igualmente, não correspondem ao lugar idealizado que a criança os supunha ocupar –, o adolescente é instado à necessária busca pela reconstrução de sua história e inserção em uma linhagem, pela construção de laços sociais e garantia de um endereçamento possível ao Outro.

Situamos, nessa busca, a proposição de Douville (2008), no que concerne à errância como tempo da adolescência, movimento necessário entre a família, o clã, a cidade. Trata-se de uma “errância estruturante”, relacionada a uma plasticidade de exploração, de passagem de um lugar a outro, constituindo uma operação de inscrição nos territórios urbanos. O autor sublinha a importância, para o adolescente, de ter um domicílio, um lugar do qual ele possa “fugir” e voltar como um filho pródigo. A fuga adolescente se organiza em torno de uma exasperação, numa tentativa de, ao desabonar-se do superego e identidades familiares, encontrar novas figuras de alteridade, retornando para a família como um estrangeiro.

Nessa passagem do familiar ao social, o adolescente encontra-se, muitas vezes, em pane, como que parado na beira da estrada, “. . . errando no acostamento, deixando seu veículo imobilizado no lugar em que ficou. Tão bem que somos levados a procurar o acidente ou o traumatismo que, frequentemente, aliás, nos faz perder o rumo, e que seria a causa da pane” (Rassial, 1997, p. 39).

Trata-se de um “momento adolescente do fantasma”, sugerem Haie e Douville (2007), de uma provação da estrutura primeira do fantasma, face à constatação de vacuidade do lugar do Outro. Na passagem da neurose infantil ao tempo adolescente, há um descolamento do sujeito de sua posição de objeto do fantasma do Outro, com vistas à construção de seu próprio fantasma. Confrontado com o enigma do desejo, o sujeito deverá decidir sobre sua origem de outra maneira, não mais pelas teorias sexuais infantis e pelo romance familiar.

A “errância estruturante da adolescência” consiste, nesses termos, na procura por um referente simbólico, por uma nova versão do pai; um trabalho psíquico de apropriação de uma nomeação, de (re)construção de uma ficção que insira o sujeito em sua história. Para Lebrun (2010), a errância tem uma relação direta com a parcialização do Nome-do-Pai, o qual, apesar de inscrito para o sujeito, mantém-se inoperante. Por meio da errância, considera o autor, o sujeito “sem-recurso” quanto à possibilidade de apelar às palavras do Outro, defende-se do declínio de sua consistência e, por não poder se apoiar na figura do Pai, crê-se abandonado, somente podendo encontrar nele mesmo os recursos que lhe permitirão prosseguir em sua estrada.

Indagamos o que se passa com os “meninos de rua”, os quais, apesar de se encontrarem no tempo cronológico da adolescência, foram para a rua, em geral, ainda na infância. Consideramos que, apesar de também originar-se de uma fuga, a fuga que inicia a vivência de rua não se confunde com aquela da “errância estruturante do adolescente”, por não antecipar o retorno do então “menino de rua”, não lhe sendo assegurado, muitas vezes, um lugar ao qual possa voltar, visto que esse lugar, desde a sua partida, é da ordem de um não-lugar ou de um lugar que se faz insuportável. Seria, então, a errância do “menino de rua” um fracasso da “errância estruturante da adolescência”, uma possível resposta ao impedimento e às catástrofes da errância estruturante, conforme sugere Douville (2008)?

“Eu vinha rodando pela rua”: a errância do “menino de rua”

Como vimos, a operação adolescente implica a constatação da destituição de uma consistência imaginária do Outro que até então ancorava o sujeito. Na escuta aos adolescentes em situação de rua, identificamos que a vacuidade do lugar do Outro foi sempre uma constatação, que essa consistência parece nunca lhes ter sido assegurada, não lhes tendo sido oferecidos o tempo, o espaço e os recursos psíquicos necessários para a realização, num tempo lógico de construção do fantasma, de tal operação.

Nesse sentido, antes que a exigência pulsional da puberdade confronte a criança com o real do sexo, os “meninos de rua” terão sido acometidos por “desastres” na estruturação psíquica que os jogarão à deriva pulsional. Invadidos no real do corpo, expostos a toda sorte de violação e de privação, a eles se coloca, muito precocemente, uma ejeção da cena familiar que, distinta da “passagem adolescente”, é da ordem de um rompimento radical, da expulsão do sujeito, expondo-os a questões relativas à sobrevivência, à castração, à vida, à morte – as quais não deveriam concernir à criança, mas intermediadas pelas instituições socializadoras.

Na saída de casa para o impessoal da rua, no confronto com o estrangeiro, pode-se dizer que algo se perde do repertório de significantes, algo da língua se rarefaz, fazendo o sujeito aderir a um código de sobrevivência da rua, composto por enunciados que colam no “menino de rua” e suplantam o lugar da enunciação. O código prevalece e, junto com ele, os signos que designam, em detrimento dos significantes que nomeiam e representam o sujeito.

Para Rosa (1999), excluídos da cena familiar, lançados ao anonimato da rua, os “meninos de rua” – assim denominados por não possuírem a proteção do discurso familiar – encontram-se excluídos do repertório de significantes que circulam no ambiente familiar, dos significantes que o situam em sua origem. Assim, como propõe Douville (2002):

Longe de constituir um sintoma a decifrar, a errância deve, antes, ser situada como uma falta de inscrição e, mais especificamente ainda, como a impossibilidade do sujeito para superar uma falta de inscrição que concerne a seu ser e também à sua filiação (p. 77).

Para o autor, a errância mais radical é aquela que, silenciosa, reflete um aprisionamento a um não-lugar, no sentido da impossibilidade de estabelecer e fixar-se num lugar psíquico, de inscrever a verticalidade de seu corpo, de sua presença. Nesses casos, o sujeito é reduzido ao uso em demasia estereotipado de seu corpo – dada a intensidade do encontro com o que é da ordem do impossível a traduzir e a simbolizar –, travando um confronto consigo mesmo e com o outro por meio da violência e do dilaceramento.

De acordo com Forget (2008), na ausência de um referente simbólico, o adolescente precipita seu corpo, como um corpo perdido, encontrando-se sob um grande risco psíquico de bascular para uma passagem ao ato, que o ejeta de um lugar para ele tornado insuportável. Na passagem ao ato, ressalta Lacan (1962-63/2005), p. 130), “o sujeito se encaminha para se evadir da cena”, precipitando-se numa fuga, numa partida errante para o mundo puro. Os “meninos de rua” são, assim, conduzidos, por meio dos atos, a compensar as falhas imaginárias para que possam se sentir real, numa trajetória que se faz acompanhada, considera Douville (2008), pelo irresoluto dilema “estou morto ou vivo?”.

A rua, para Douville (2008), pode ser vivida como um abismo catastrófico, um espaço topológico confuso, marcado por uma precariedade, que não constrói delimitações – um “puro entre”, “o ponto mais radical do lugar em si mesmo”, um “lugar sem lugar”, evocando muito mais o abismo, o vazio, a vertigem, do que propriamente a passagem.

Na recorrente utilização da expressão “tá imbaçado” – a qual nos permite pensar uma falta de nitidez entre as fronteiras, um “embaçamento” no delineamento dos lugares entre o sujeito e o outro –, ressaltamos uma espécie de *continuum* que impede a demarcação da dimensão do tempo e do espaço, organizadores da vida psíquica, remetendo-nos a uma questão fundamental na clínica com o adolescente em situação de rua: a problemática do limiar. “O errante erra por não atravessar um limiar”, sugere Douville (2008, p. 34).

Trata-se, a nosso ver, de uma continuidade sem ponto de bascula, sem algo que contenha o dilaceramento pulsional, num contexto – a rua –, em que, de acordo com Rosa e Poli (2009), todo índice de diferença é recusado, na lógica do “sentimento oceânico”, de algo ilimitado, sem fronteira. Por outro lado, sustentamos a aposta – necessária aposta – de que há algo, no *continuum* da errância de alguns adolescentes, que nos permite entrever um apelo pela delimitação de fronteiras, pela construção, mesmo que de forma ainda rudimentar, de um território no sentido apontado por Segers (2009):

O limiar evoca o arcaico do atravessamento entre aquilo que está fora e dentro, aquilo que é suscetível de ser escamoteado. É uma espécie de perímetro de segurança precária e flutuante. Alguns cruzamentos de linhas dão a perspectiva de ângulo e abrem a possibilidade de um *território* (p. 226, tradução nossa)².

2 Le seuil évoque l’archaïque du franchissement entre ce qui est dehors et dedans, ce qui est susceptible d’être dérobé. Il constitue une sorte de périmètre de sécurité précaire et flottant. Certains croisements de lignes donnent une perspective d’angle et ouvrent la possibilité d’un *territoire*.

A dimensão temporal do “menino de rua”, atrelada ao imediatismo, ao imperativo de sobrevivência, numa espécie de “congelamento” no tempo presente, faz-nos supor uma cadência sem intervalo, uma errância do tempo. Com a noção de “exilados do íntimo”, Segers (2009) destaca que “não há, nesse caso, nem aqui nem ali, apenas um movimento de deslocamento” (p. 91), sugerindo não só um exílio do lugar, do espaço psíquico, mas também um “exílio do tempo”, cuja duração não se define pela sucessão de momentos significativos.

“Nessas condições, como resistir?”, questionam Rosa e Poli (2009), demarcando, na aparente falência do sujeito, “. . . um modo de resistência até poder recuperar um lugar de enunciação” (p. 9); “uma forma de se subjetivar em absoluta dessubjetivação” – destacam as autoras na leitura da obra de Giorgio Agamben –; uma resposta à exclusão social, à expulsão do sujeito da cena familiar.

Desse modo, embora a trajetória de muitos “meninos de rua” configure uma “partida errante para o mundo puro”, por meio da qual o sujeito evade da cena, revelando a radicalidade de um não-lugar, ela poderá também implicar uma trajetória perpassada por uma espera ativa que sustenta a vida, uma tentativa de incluir-se na cena, fazendo resistência ao anonimato e à destituição simbólica.

Ratificamos, assim, a relevância de não se tomar a errância apenas como uma abordagem deficitária do sujeito, como fracasso de fazer laço – embora, em muitos casos, é disso que se trata –, mas de apreender a que a errância responde, as funções psíquicas do movimento errante, o que somente se faz possível na escuta ao singular do caso a caso, do *Um* que singulariza o sujeito. É, portanto, da transposição de uma categoria universal pelo que se impõe como traço singular na história do adolescente que se trata, num confronto – por vezes encontro – “entre” as marcas do “menino de rua” e os traços do sujeito que delas se destaca.

Método: “Fazer do Caso, o Traço”

A pesquisa psicanalítica emerge de questões da clínica que fazem furo no saber instituído, demandando novas construções que a fazem avançar. Freud (1912/1996) propõe que “uma das reivindicações da psicanálise em seu favor é indubitavelmente, o fato de que, em sua execução, pesquisa e tratamento coincidem” (p. 128). O pesquisador conduz e é conduzido por uma intenção clínica de pesquisa, cujo saber, perpassado pela transferência, é o saber do inconsciente, apontando para a “submissão” do pesquisador ao objeto de estudo, para um permanente pôr à prova os pressupostos teóricos que ancoram seu fazer clínico.

O Traço do Caso foi introduzido por Lacan (1968), no primeiro número da revista *Scilicet*, em que discutiu sobre a transmissão da experiência analítica, demarcando a intenção de que seu ensinamento pudesse abrir pontos ainda intocáveis de uma prática, a fim de que a psicanálise fosse “. . . o que ela jamais cessou de ser, um ato ainda por vir” (Lacan, 1968, p. 9). Ao ressaltar o entrelaçamento entre o desejo do analista, o caso clínico e o suposto saber, Lacan reporta-nos à insistente recomendação de Freud para que cada novo caso seja abordado como se nada tivéssemos adquirido de suas primeiras decifrações.

A partir das primeiras proposições lacanianas, Dumézil e Brémont (2010), juntamente com outros psicanalistas, desenvolveram o Traço do Caso em termos de um dispositivo da prática psicanalítica, que encontra nas dimensões ética e teórica a questão do desejo do analista. Embora remonte ao traço unário, à origem do sujeito, o traço do caso não diz apenas do sujeito; é o laço transferencial entre o desejo do paciente e o desejo do analista que faz emergir o traço do caso enquanto ficção construída na “pesquisa por um traço”, a partir da “surpresa de um efeito de sujeito” (p. 139). O dispositivo não se encerra no caso em si, mas no que, do caso, faz traço para o analista, a partir dos efeitos na escuta, permitindo um “deixar-*vir*”, que vai do ato enunciativo na transferência para um tempo de escrita, deslocando a posição enunciativa de seu lugar inicial. Trata-se de um deslocamento da resistência de significantes a uma “reescrita” que remonta à origem e à história do sujeito.

Dumézil e Brémont (2010) destacam que a “pesquisa de um traço” se dá, a partir do que operou ou foi impedido no encontro entre paciente e analista, numa apresentação orientada do material clínico que pode desembocar em outras vias conceituais. Trata-se de uma dimensão teorígena, face ao deslocamento das posições iniciais, à subversão dos enunciados teóricos de partida e dos aprisionamentos ideológicos, fazendo emergir o traço no entre-dois que separa o fantasma do conceito.

Ressaltamos, nesse sentido, naquilo que opera na clínica e na pesquisa psicanalítica, a relevância de se encontrar um traço estrutural que identifique o caso nele mesmo; um traço singular que faça a assinatura do caso. Não se trata de situar o traço do caso no sujeito, mas no efeito que o caso produz naquele que escuta, naquilo que afeta o clínico e impõe um limite ao saber, colocando-o a trabalhar, na escrita e construção de novas formas de fazer a clínica.

Foi em busca do “recolhimento das incidências significantes”, como ressalta Fernandes (2007) ao discorrer sobre a “clínica do traço”, que pautamos nossa escuta clínica, sustentando a tensão necessária entre o sujeito e o universal da teoria. A partir dos impasses suscitados pelo caso Vítor, propusemo-nos a entrevistar outros adolescentes a fim de, igualmente,

destacar, na errância “universal” dos “meninos de rua”, a história singular do adolescente, no sentido de “fazer do caso o traço”, conforme propõe Santurenne (2008). Na escuta a um desses adolescentes, deparamo-nos com a curiosa construção de Marcos, 15 anos, que intitulou nossa pesquisa. Ao dizer que se sentia uma “roda”, sendo jogado de um lado para o outro, o adolescente pontua: “Eu vinha rodando pela rua”, formulação que nos permitiu um contraponto interessante com a busca por um ponto de ancoragem para o sujeito.

A partir dessa proposição metodológica, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Católica de Pernambuco, que aprovou a sua execução através do Parecer nº 226. 798. Além da construção do caso clínico Vitor, obtivemos autorização de duas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de rua para a realização da pesquisa de campo, tendo sido asseguradas todas as prerrogativas éticas para sua execução. No período de cinco meses, em visitas sistemáticas às duas instituições, ora realizamos entrevistas com adolescentes e profissionais da instituição, ora acompanhamos a equipe em visitas domiciliares, ora observamos as atividades desenvolvidas com os adolescentes.

Ressaltamos que, para o que propomos no presente artigo, deter-nos-emos a alguns elementos da história de Vitor, considerados mais significativos para a discussão sobre a errância do adolescente em situação de rua.

Caso Clínico: “4 anos não! 4 anos, 8 meses e 15 dias!”

Vitor, 17 anos, passou quatro anos na rua, sem nenhum contato com a família. Na chegada à instituição, diz que fugiu de casa porque era agredido por sua mãe. Deturpa seus dados e recusa-se a informar o endereço de sua família, para que sua mãe não venha buscá-lo. Fala da passagem em várias instituições, das quais saiu por transgredir as normas. Chama-nos a atenção o fato de chupar dedo e de carregar em seu polegar um paninho que acaricia. Diz ter esse “costume” desde os cinco anos de idade e que, desde criança, roubava objetos de colegas na escola: “Claro que eu me lembro dessa época! Mas tá bom, pode mudar de assunto. Já tô deslizando de novo!”. Regozija-se ao falar dos delitos, do uso de substâncias psicoativas, da violência da rua, esquivando-se sempre que outros adolescentes falam de seu envolvimento com homens mais velhos em troca de dinheiro para comprar drogas.

Envolve-se constantemente em conflitos, mostra-se arreado, agressivo e intolerante a qualquer frustração. Cobra com vigor o cumprimento das normas da instituição, embora as transgrida frequentemente. Responsabiliza sempre o outro por tudo o que lhe acontece, não se implicando em seus atos, os quais, a seu ver, são sempre muito bem justificados. Seu tempo parece limitar-se ao presente e, com esse tempo, joga para impor a urgência de seus pedidos: “Minha senhora, eu não sei nem se amanhã eu vou estar vivo, quanto mais daqui a três dias!”. Quando não obtém o que quer ou se sente desafiado, recorre à força física. A necessidade de contê-lo fisicamente, em momentos nos quais a fala parece não o alcançar, deixa-o transtornado, dizendo, muitas vezes, que aquele que o contém o machuca.

Somente após seis meses de acompanhamento, Vitor diz seu nome verdadeiro e tatua-o em seu braço um tempo depois. Certo dia, pede que lhe dê o meu brinco e comenta: “Vai, me dá, passa de geração pra geração, de pai para filho”. Nessa ocasião, Vitor é confrontado – ele permite confrontar-se – com a sua certidão de nascimento e o pedido pelos brincos passa a ser uma constante nos atendimentos. Ao ser questionado sobre o que foi passado, transmitido, de “geração pra geração”, menciona, pela primeira vez, o nome verdadeiro de seu pai.

Na volta para casa, sua mãe fala do receio por não conhecer mais seu filho, que saiu de casa uma criança e voltou um homem, temendo o que ele é capaz de fazer após quatro anos na rua. Diante desse comentário, Vitor retruca irritado: “4 anos não! 4 anos, 8 meses e 15 dias!”. Ao discorrer sobre a infância de Vitor, sua mãe faz referência à própria infância, às “surras” que levava de seu pai – “Eu tenho muita cicatriz na cabeça de pisa com cipó de goiaba” –, e Vitor a interrompe: “Eu faço questão de raspar minha cabeça pra senhora ver quantas marcas eu também tenho das surras que eu levei”. Poderíamos supor uma falta de nitidez entre as fronteiras, um “embaçamento” no delineamento dos lugares entre o sujeito e o Outro/outro?

Tendo nascido quatro anos após a morte de seu primeiro irmão, é fazendo alusão a essa morte que sua mãe se refere ao nascimento de Vitor: “Vitor está no lugar do morto”, o que nos permitiu formular uma hipótese sobre o seu lugar em sua família e o seu deslocamento, a partir deste lugar, face à reivindicação pela inscrição em outro lugar.

Vitor “intima” sua mãe a cuidar dele, ao dizer, entusiasmado, que ela terá que acompanhá-lo ao Conselho Tutelar. Frente a esse apelo, enfatizamos o estranhamento da mãe – que diz não entender por que Vitor, às vezes, aos 17 anos, insiste em dizer “mas eu ainda sou uma criança” –, como também sua recusa em lhe atribuir um lugar de filho, ao justificar: “Eu tenho meus filhos pra cuidar, não posso ir”.

É intrigante, na história de Vitor, a contagem precisa do tempo, ao dizer, por exemplo, “já passamos do tempo”, sinalizando o término da sessão, bem como a presença, em cenas distintas, do elemento “porta” – objeto que faz fronteira –, o que permite um cruzamento com o apelo constante por uma demarcação de limiães e de lugares, por uma continência corporal que lhe sirva de barreira protetora. Nesse sentido, gradativamente, passa a não mais sair abruptamente da sala, como

costumava fazer. Pede para ir embora – “Deixa eu sair!” –, parece “preso” à cadeira – segura-a com força e se balança, como se quisesse dela desprender-se –, dizendo que somente sairá quando lhe for aberta a porta, o que se contrapõe ao modo como saiu de casa, fugindo. Ressaltamos, igualmente, a ameaça de invadir a instituição quando, impedido de entrar, arromba a porta; assim como o dia em que, numa visita domiciliar, situa-se à porta e expulsa a equipe de sua casa. E, ainda, após meses morando novamente na rua, quando já não tinha mais idade para frequentar a instituição, Vitor é visto trabalhando num restaurante, como segurança, na porta, na fronteira entre o dentro e o fora.

Paradoxalmente ao esforço de se apresentar tão independente, chamava a atenção sua insistência, em alguns momentos, de ser reconhecido enquanto criança, bem como sua irritação ao constatar, tendo atingido a maioridade, que seu lugar na instituição não se fazia mais possível – “Vocês querem me tirar como otário! Eu sou daqui! Agora o cara chega aqui, é das antigas e é barrado”.

Conforme vimos, ao mesmo tempo em que a história de Vitor remetia e dialogava com a realidade de outros adolescentes em situação de rua – quanto à exclusão social, às marcas traumáticas, à reprodução da violência na instituição –, dessa realidade ele se destacava, na medida em que, na errância que compõe o movimento universal dos “meninos de rua”, ele pôde fazer dela e com ela uma experiência singular.

Discussão do Caso Clínico

Conforme vimos, o Traço do Caso não diz apenas do sujeito, mas daquilo que, na “pesquisa de um traço”, emerge na relação transferencial, nos impasses e nos efeitos provocados na escuta e na escrita. Vorcaro (2010) considera que a primeira interrogação que deve nortear o trabalho é: “o que fez de um sujeito na clínica um caso de pesquisa?” (p. 14).

Além dos “embaraços a desatar” e do encontro com o inusitado que a escuta a Vitor suscitava, dois lapsos na escrita destacaram o lugar da transferência e do desejo do pesquisador, elementos fundamentais na pesquisa psicanalítica, como destacamos anteriormente. O que teria conduzido à escrita de “sem situação de rua” ao invés de “em situação de rua”? E, ainda mais significativo, por que afirmar que Vitor estava “morrendo na rua” ao invés da “intenção” de dizer “dormindo na rua”? Assim, foi partindo do que, na história de Vitor, nos escapava, fígava nossa atenção e indagava a intervenção, que se deu a escolha do caso.

A construção da ficção sobre a origem implica, para o “menino de rua”, o retorno a uma infância marcada por situações traumáticas e pelo desamparo que a vivência de rua “encarrega-se” de ocultar. O confronto com a angústia, com o (não) lugar atribuído pelo Outro, permite-nos apreender a ameaça que o falar representava para Vitor. Enfatizamos, desse modo, sua resistência à “errância” da fala, nos momentos em que interrompia o seu discurso sempre que se dava conta, em momentos precisos, de que estava “deslizando” – tá bom, pode mudar de assunto. Já tô deslizando de novo!”. À medida que passou a consentir na errância de seu discurso, fez-se possível uma aproximação ao que, na errância pela rua, constituía uma resposta à sua “expulsão” da cena familiar.

Aulagnier (2011) questiona se a angústia não decorreria, no encontro com o Outro, da constatação da impossibilidade de mediação da palavra; impossibilidade de se nomear, diante da qual o Simbólico se esvai e o sujeito se dissolve, é anulado numa situação em que o desejo se perde. A angústia responde a esse momento “. . . em que o que aparece é o que não tem nome, essa ‘figura misteriosa’, esse ‘lugar de onde surge um desejo que não se pode mais apreender’” (Aulagnier, 2011, p. 278). Trata-se de uma resposta ao desaparecimento, mesmo que momentâneo, de toda referência identificatória possível, em que o sujeito se torna para o Outro “aquele cujas insígnias são absolutamente misteriosas, absolutamente inumanas” (p. 289).

Reportamo-nos, nesse aspecto, ao modo como o pai de Vitor a ele se referia: “O que ele faz não é de gente não. Ele é desumano. Já é caso de polícia . . . Vejo a hora de alguém vim cobrar dele e ter uma chacina lá em casa, com meus filhos”. Além de uma insígnia “inumana”, essa fala vem acompanhada de uma antecipação e da não inclusão de Vitor entre “meus filhos”. Destituído de uma referência identificatória, era ao impossível de ser simbolizado, de se articular com significantes, que Vitor tinha que responder. Uma resposta, poderíamos dizer, ao que se impõe como uma “marca da exclusão”, como ejeção daquilo que é tido como mau. Situamos essa marca como um elemento originário, determinando e ecoando na trajetória de Vitor, que carregava, a seu modo, os efeitos de sua impressão.

A “marca da exclusão” perpassava toda a trajetória de Vitor, que atualizava o lugar de sua própria exclusão ao oferecer-se como objeto a ser ejetado. Um lugar, para ele, potencializado em sua definição para a instituição – um lugar “pra quem não tem casa e pra quem a mãe não quer de volta”. Por meio de uma intensa destrutividade e desorganização psíquica, num embate permanente com a instituição, Vitor convocava-a a, mais uma vez, expulsá-lo – constituindo para ele o endereço de todo o ódio e ressentimento de uma expulsão anterior –, ao mesmo tempo em que parecia apelar pela inscrição em outro lugar.

Foi num “deslize” que Vitor, ao ser questionado por que a instituição seria a responsável pela queda que tinha levado do ônibus, respondeu: “Não. É bem minha mãe que é culpada por tudo!”. Essa construção encontrou respostas no discurso de

sua mãe, que nos fez deparar com uma marca, talvez, anterior àquela da exclusão. “Vitor está no lugar do morto” determinava, como destino antecipado, no início mesmo de sua trajetória, o seu fim. “No lugar do morto”, Vitor confrontava sua mãe com o inominável da perda de seu irmão, assim como a confrontava com o que, nas cicatrizes que ambos carregavam na cabeça, constituía a memória de uma ferida aberta, reveladora de contínuas invasões no corpo, as quais, não simbolizadas, provocavam uma indiferenciação entre eles.

O lugar do “filho morto” era-lhe oferecido como insígnia mortífera à qual ele era instado a responder. Vitor presentificava o signo da morte no seu agir; nas ameaças de morte que fez à instituição, a seu pai; na certeza de uma morte, esperada e temida pelos seus pais – “Ele vai morrer. Aprontando como ele apronta, ele vai morrer ou ser preso”. Seria do “lugar do morto” ou de um “não-lugar” que Vitor errava, perambulava pelas ruas? Destacamos que “Vitor está no lugar do morto” constitui uma fala enigmática da mãe, que nos permite apenas indagá-la e tentar situá-la na história de Vitor, a partir do efeito que teve em nossa escuta.

Consideramos que Vitor expunha-se aos perigos do mundo, numa errância sem pouso certo, visto que, do lugar de morto, nada tinha a perder, nem a própria vida, que nunca lhe foi devida. Ao mesmo tempo em que parecia ratificar a morte nele impressa, a ela ele resistia. Fazemos a hipótese de que a Vitor era preciso, para descolar dessa insígnia mortífera, mostrar-se ao Outro deste lugar para dele ser retirado, apelo que fazia por meio da destrutividade e da agitação, reveladoras, a nosso ver, de um movimento de vida.

Foi nesse movimento, marcado por uma aparente continuidade ininterrupta, que Vitor introduziu um marcador no tempo, como a contagem dos dias em que esteve na rua – “4 anos, 8 meses e 15 dias!”. Consideramos que a contagem fez furo na errância de Vitor; um traço que singulariza o caso, que nos surpreende frente à constatação de que sua contagem encerra, exatamente, quatro anos após a sua saída, mesmo período de tempo que separou a morte de seu irmão de seu nascimento. Após quatro anos, portanto, Vitor “renasce” para a família, nela encontrando quatro novos irmãos, aos quais endereça uma violência, de acordo com sua mãe, para “descontar o tempo que passou na rua”. Ao des-contar, ao “desfazer” a contagem, Vitor parecia empreender uma tentativa de zerar o tempo, de, junto a seus pais, fazer uma reconstrução; uma tentativa de, junto a eles, contar e ser contado entre seus irmãos.

Um tempo, no entanto, referido como ultrapassado – “já passamos do tempo” –; confirmado por sua mãe – que não entendia por que ele insistia em dizer “mas eu ainda sou uma criança” –; e pela construção intrigante de seu pai – “17 anos com mais nove meses que ele passou na barriga da mãe, ele já é de maior! Agora, ele fica falando de coisas que aconteceram lá trás e que não fazem mais sentido.”

O controle preciso do tempo – que consideramos contrapor-se ao lugar do morto, ao contínuo da morte – parece-nos constituir um apelo a um significante paterno que o sustente, visto que, ao tomar o tempo como balizador de sua errância, sua precisão faz referência à profissão de seu pai, relojoeiro, que viabiliza, no conserto de cada relógio, a marcação do tempo, assegurando o tempo exato dos acontecimentos. O apelo ao pai, bem como à sua inserção numa linhagem que lhe assegurasse uma filiação, aparecem também na queixa de que ele ou algum de seus irmãos deveriam ter recebido o nome bíblico de seu pai.

Essa relação remete-nos à proposição de Lacan (1975-76/2007) que situa, em Joyce, uma falta do real paterno, uma demissão do pai. Ao demitir-se de sua função, o pai de Vitor demite-o, igualmente, de sua filiação, o que acarreta uma ruptura não só do Imaginário e do corpo, mas uma ruptura radical com toda a família – “Tem gente que diz que é falta de educação, mas não é, porque ele não foi criado o tempo todo aqui, saiu de casa com onze anos. Então, não é meu filho não”.

Vitor recorre, ainda, ao significante “pai” quando, ao lermos os dados de sua certidão de nascimento, ele pede os brincos – “Vai, me dá, passa de geração pra geração, de pai para filho”. Além da tentativa de, na relação transferencial, ter assegurada uma filiação, ressaltamos seu esforço de, por meio dos brincos – uma argola cheia de furos –, reparar a perda do objeto que recebeu de seu avô. “Eu botei num badoque e tentei matar um passarinho. Caiu na lama e eu perdi . . . Se a senhora me der seu brinco, eu não jogo fora não”.

Diante do que se impunha como um imediatismo, ressaltamos uma construção, que subverte a lógica do tempo na rua, num consentimento de Vitor no recurso à palavra. Destacamos o que – no confronto com sua certidão de nascimento, na intervenção, muitas vezes, de contenção, no pedido recorrente do brinco – foi construído, na e com a instituição, em termos da possibilidade de espera. Se, num momento inicial, Vitor tenderia a impor a obtenção do brinco, consideramos que a conservação de seu desejo, a recusa em atender a essa demanda, seu acolhimento à frustração de não o ter, sustentou a intervenção, por meio da qual, ancorado num tempo – que demarcava um lugar, uma contenção, um corte –, ele foi tecendo a sua história.

Além da demarcação do tempo, um traço se impôs para Vitor, fazendo resistência à marca da exclusão. Trata-se do “traço do nome”, da relevância e do deslocamento que teve para ele assumir e se apropriar de seu nome próprio perante a instituição. Remetemo-nos a Pommier (2013), segundo o qual apropriar-se de um nome implica uma proteção, uma âncora, localiza e situa o sujeito num ponto determinado do espaço, operando, portanto, como um possível ponto de ancoragem para o sujeito. Para o autor, “um sujeito viajante ubiqüitário, presente em toda parte, onde as sensações lhe retornavam, assujeita-se a um único lugar graças ao apelo do nome” (p. 122).

Na construção do caso clínico, ancorada na proposição metodológica do Traço do Caso, consideramos que, na trajetória de Vitor, fez-se possível a apreensão do que resistia à marca da exclusão, do modo como ela foi cravada no corpo e no psiquismo, daquilo que permitiu sua ultrapassagem por um traço. Um traço, como vimos, que introduziu uma cadência no esgarçamento do tempo e do espaço, uma “descontinuidade no contínuo” da errância, operando como suplência, ponto de ancoragem para o sujeito.

Considerações Finais

Que escuta para esse sujeito, marcado por carências e privações reais, que porta urgências legítimas de sobrevivência, de manutenção do organismo? Como instituir, na Assistência Social, uma clínica psicanalítica inscrita na transferência e na ética do desejo? Que entraves e desafios se colocam para um trabalho psíquico que convoca o sujeito, o qual se apresenta por meio de um agir destrutivo, de um corpo dilacerado, de um comprometimento no recurso à palavra, pondo em questão a própria clínica, o lugar do psicanalista, o aporte teórico que sustenta o seu fazer clínico?

Tyszler (2011) propõe que é preciso resistir às palavras, àquelas que colam no sujeito como signo, passando de uma a outra sem nenhuma diferenciação – a exemplo de “menino de rua”, “trombadinha”, “cheira-cola”, “delinquente” –; palavras advindas do Real que designam, em detrimento dos significantes que acompanham a história do sujeito. O autor distingue, assim, “o imaginário que cola” do “imaginário que é o solo sobre o qual podemos trabalhar, que é o imaginário que enoda, que faz laço” (p. 33).

Endossamos, nesse sentido, a pertinente escolha pela expressão “adolescente em situação de rua” e problematizamos a expressão “menino de rua”, visto que esta última se limita à identidade, não inscreve o sujeito numa linhagem, numa ancestralidade, não lhe impondo o trabalho de ter que se haver com o dom do nome, com o que ele aporta em termos de identificação. Independentemente de nome, idade, sexo, da dinâmica familiar, das contingências que os ejetaram às ruas, são apenas “meninos de rua”, seres destituídos de história e de referência, lançados ao mais puro anonimato e indiferença.

É necessário, portanto, como propõe Tyszler (2011), tentar cernir significantes que possam fazer furo, ultrapassar o campo ubiqüitário do signo, abrindo vias significantes para que o clínico possa operar. Nesse sentido, resistir às palavras que colam no sujeito – àquelas que, advindas do Real, aprisionam-no –, implica assegurar o recurso simbólico à palavra que, inscrita na cadeia significante, permite, em seu deslizamento, a errância do desejo.

De acordo com Forget (2009), “é o recurso ao interdito que eles procuram”, numa espera por um “endereço simbólico confiável para aprender a se familiarizar com suas próprias marcas e para estruturar sua palavra” (p. 184). Instituir esse endereço simbólico consiste em convocar o sujeito, para além da crueza que delinea seus atos, a implicar-se em sua história, apropriar-se de sua fala, imbuir-se de um saber sobre si, situando-o num lugar outro que não o da desordem e do caos pulsional.

Não é sem esforço que se dá a renúncia ao agir em prol da palavra, pois ela convoca o adolescente a uma posição de responsabilidade e implicação subjetiva. Lebrun (2008) situa o ódio como reação ao consentimento no vazio e na espera que a fala implica, na renúncia ao imediato e na perda de gozo que a palavra impõe. Esse vazio constitui a condição para a instituição de um espaço de endereçamento, o qual implica o sujeito que se endereça, o Outro enquanto destinatário e, no trajeto que a mensagem percorre, um espaço “entre”, por meio do qual a palavra circula, indo da origem até seu destino.

O realce ao espaço “entre” remete-nos à definição de rua, apresentada por Douville (2008, p. 46), no sentido de “um puro ‘entre’ que não liga nada, o ponto mais radical do lugar em si mesmo”. Como vimos, a problemática do limiar é apontada por Segers (2009) como essencial à questão do lugar, visto que, para situar-se no espaço, é preciso apoiar-se nos cruzamentos das linhas. Consideramos frutífero um contraponto entre o “puro entre” e o que, no cruzamento das linhas, nas “entrelinhas”, faz emergir o sujeito.

Nesse “puro entre” que é a rua, situamos a aposta de haver aí um apelo por algo que ancore o sujeito. Assim, entre o corpo que perambula e o corpo que se impõe; entre o familiar e o estranho da rua, entre o “menino de rua” e o sujeito, há, pois, um espaço que permite uma ultrapassagem, que pode ligar e enodar, diferentemente do “puro entre” da rua. Trata-se, portanto, de construir um espaço “entre”, que permita um corte entre Vitor e “Vitor está no lugar do morto”; um limite entre a rua e a instituição; uma ultrapassagem do “exilado do íntimo” pelo “exílio íntimo”, da errância por um ponto de ancoragem.

Situando-se no espaço “entre”, a instituição abre para a possibilidade de um território, de um limiar, demarcando limites, instituindo marcadores, introduzindo uma descontinuidade no contínuo da errância, o que permite situar o sujeito no espaço e no tempo, balizadores da vida. Conforme propõe Douville (2008), para que uma intervenção clínica com o adolescente em errância se dê, é preciso assegurar-lhe um “ponto de apoio, um ponto fixo” (p. 58), um acolhimento para sua temporalidade psíquica; um endereço simbólico confiável.

Ali onde a palavra falhou, onde o referente simbólico não compareceu, consideramos que Vitor, a partir do que se fez traço em sua história, construiu, na errância por ele ensejada, uma maneira de “fazer com” as insígnias do Outro, de impor-se

e contar-se como *Um*, de lançar-se na tentativa seja de ancorar-se num lugar no mundo, seja de se afastar do lugar que lhe foi atribuído, seja, ainda, de no retorno e no confronto com esse lugar ou não-lugar, construir uma nova posição subjetiva.

Apoiando-nos em Lebrun (2010), que sugere o movimento errante como uma possibilidade de defesa ou invenção do sujeito, – para além do que constituiria uma deriva radical do “menino de rua” –, ressaltamos a possibilidade de “fazer com” a errância, delineando um processo de construção e de autoria do sujeito, donde a possibilidade, propõe Sousa (2007), de instaurar o desequilíbrio, uma interrupção no *continuum* do presente, ao qual é preciso, por vezes ou muitas vezes, resistir – uma resistência à exclusão social, à expulsão do sujeito, à morte subjetiva.

Propomos, assim, uma subversão da lógica da exclusão social que silencia e destitui o sujeito e, nesse sentido, conforme sugere Rosa (2004), a escuta psicanalítica é “transgressora em relação aos fundamentos da organização social e implica um rompimento do laço que evita a escuta do sujeito do desejo” (p. 159). Ao dar voz a esses adolescentes silenciados pela violência, a instituição veicula uma possível ultrapassagem do agir por um ato de fala do sujeito, a exemplo da interpelação de Vitor, numa fala carregada de muita irritação: “Por que vocês se preocupam tanto comigo?”.

Sustentar uma intervenção clínica com o “menino de rua” impõe, portanto, inserir o sujeito adolescente na sua história, a qual, apesar de ofuscada pela vivência de rua, ultrapassa-a e inscreve o sujeito, a partir dos traços que o constituem, para além do real da rua, no campo do desejo, permitindo, ao ligar o “puro entre” a alguma coisa, instituir um “entre” que enoda e faz laço social. Destacamos, assim, no fazer clínico, o compromisso ético e político que provoque, no outro e em nós mesmos, o necessário consentimento em romper com as amarras e com um abismo que se faz, muitas vezes, intransponível entre o “menino de rua” e o sujeito do desejo.

Para concluir, recorreremos à preciosidade do poeta espanhol Antônio Machado (1973): “Caminhante, são tuas pegadas, o caminho e nada mais; caminhante, não há caminho, se faz caminho ao andar. Ao andar se faz caminho e ao voltar a vista atrás, se vê a senda que nunca se há de voltar a pisar. Caminhante não há caminho, senão sulcos no mar. . .”

Agradecimentos

Agradecemos à Nanette Zmeri Frej (*in memoriam*), pela consistência teórico-clínica e pela palavra, presença fecunda e constante ao longo da realização da pesquisa, que resultou, dentre os seus desdobramentos, na escrita deste artigo; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro (Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE) na realização desta pesquisa.

Referências

- Aulagnier, P. (2011). Angústia e identificação. In J. Lacan, *A Identificação* (pp.276-292). Recife: Centro de Estudos Freudianos.
- Barros, P. C. M. (2015). “*Eu vinha rodando pela rua*”: *Que ponto de ancoragem para o sujeito adolescente em situação de rua?* (Tese de doutorado, Universidade Católica de Pernambuco, Recife).
- Douville, O. (2002). Fundações subjetivas dos lugares na adolescência. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 10(23), 76-89.
- Douville, O. (2008). *De l’adolescence errante. Variations sur les non-lieux de nos modernités*. Nantes: Pleins Feux.
- Dumézil, C., & Brémond, B. (2010). *L’invention du Psychanalyste. Le trait du cas*. Paris: Érès.
- Fernandes, F. L. (2007). *O que é Clínica do Traço*. Link
- Forget, J. M. (2008). *Les troubles du comportement: Où est l’embrouille?*Toulouse: Érès. Collection Psychanalyse et clinique.
- Forget, J. M. (2009). Os sintomas não são mais sintomas. In M. F. Morais & M. A. Lyra (Orgs.), *A criança e o adolescente no Século XXI: Desafios psicanalíticos, políticos e sociais* (pp. 177-185). Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife.

- Freud, S. (1996). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In *Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. XII, pp. 123-133). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1912).
- Fuks, B. B. (2000). *Freud e a Judeidade: A vocação do exílio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Haie, B., & Douville, O. (2007). Le mathème du fantasme à l'adolescence. *Psychologie Française*, 52, 123-136.
- Kafka, F. (2010). *La Métamorphose*. Paris: Flammarion.
- Lacan, J. (1968). *Scilicet*. Paris: Éditions du Seuil.
- Lacan, J. (1999). *O Seminário. As formações do inconsciente: Livro 5*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1957-1958).
- Lacan, J. (2005). *O Seminário. A angústia: Livro 10*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1962-1963).
- Lacan, J. (2007). *O Seminário. O Sinthoma: Livro 23*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1975-1976).
- Le Robert Dictionnaire de la langue française*. (1998). Canadá: Dico Robert.
- Lebrun, J. P. (2008). *O futuro do ódio*. Porto Alegre: CMC Editora.
- Lebrun, J. P. (2010). *O Mal-estar na subjetivação*. Porto Alegre: CMC Editora.
- Machado, A. (1973). *Poesias completas*. Madri: Espasa-Calpe.
- Poli, M. C. (2005). *Clínica da Exclusão: A construção do fantasma e o sujeito adolescente*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pommier, G. (2013). *Le nom propre: Fonctions logiques et inconscientes*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Quinet, A. (2013). *O desejo entre errâncias e acertâncias*. Link
- Rassial, J.-J. (1997). *A passagem adolescente: Da família ao laço social*. Porto Alegre: Artes e ofícios.
- Rosa, M. D. (1999). O discurso e o laço social dos meninos de rua. *Psicologia USP*, 10(2), 205-217.
- Rosa, M. D. (2004). Uma escuta psicanalítica das vidas secas. In Associação Psicanalítica de Porto Alegre. *Adolescência: Um problema de fronteiras (pp. 148-161)*. Porto Alegre: APPOA.
- Rosa, M. D., & Poli, M. C. (2009). Experiência e linguagem como estratégias de resistência. *Psicologia & Sociedade*, 21, 5-12.
- Rosa, M. D., Berta, S. L., Carignato, T. T., & Alencar, S. (2009). A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 12(3), 497-511.
- Santurenne, F. (2008). Façons de faire. In M. Czermak & C. Veken (Coords.), *Les jardins de l'asile: Questions de Clinique usitée et inusitée (pp. 13-18)*. Paris: Association Lacanienne Internationale.
- Segers, M.-J. (2009). *De l'exil à l'errance*. Toulouse: Érès éditions.
- Sousa, E. L. A. (2007). Escrita das utopias: litoral, literal, lutorial. In A. Costa & D. Rinaldi, (orgs.), *Escrita e Psicanálise (pp. 239-253)*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud: UERJ.

Takeuti, N. M. (2002). *No outro lado do Espelho: A Fratura Social e as Pulsões Juvenis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Tyszler, J. J. (2011). *As metamorfoses do objeto: Clínica da pulsão, da fantasia e da letra*. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano.

Vorcaro, A. (2010). Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico. In F. Kyrillos Neto & J. O. Moreira (orgs.), *Pesquisa em Psicanálise: Transmissão na Universidade (pp.11-23)*. Barbacena MG: EdUEMG.

Endereço para correspondência

Paula Cristina Monteiro de Barros
Email: paulabarrospsi@gmail.com

Christian Hoffmann
Email: christian.hoffmann.ch@univ-paris-diderot.fr

Recebido em: 14/08/2016

Revisado em: 22/09/2017

Aceito em: 12/11/2017